

As mudanças nas ocupações agrícola e não-agrícola na agricultura gaúcha: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981-97*

*Sergio Schneider**
Zander Navarro***

A teoria social e a economia política dedicadas ao estudo dos processos sociais agrários sedimentaram, no período pós-guerra, a visão clássica da correspondência entre o desenvolvimento agrário e o industrial, ou seja, prevaleceu a idéia de que na agricultura ocorreria um tipo de desenvolvimento capitalista que imitaria o padrão industrial, noção quase consensual entre os estudiosos, os técnicos e até mesmo entre os próprios agricultores. Acreditava-se que as inovações tecnológicas transformariam a produção agrícola e os sistemas produtivos agrários de tal modo que os trabalhadores que ali atuassem poderiam ser comparados aos empregados de um ramo industrial qualquer.

No entanto, as transformações ensejadas pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura, depois de 1945, revelaram que não apenas o trabalho assalariado não se generalizou como principal forma de ocupação e relação de trabalho como, também, os avanços tecnológicos não atingiram patamares de adoção e generalização que os equiparassem aos processos produtivos industriais. Mesmo assim, é inegável que, no período citado, a agricultura mundial foi submetida a transformações sem precedentes na história da humanidade (MAZOYER, ROUDART, 1997). Os resultados mais gerais desse processo são conhecidos, podendo-se afirmar que o aumento da produtividade do trabalho agrícola, a diminuição das populações residentes no meio rural e o crescimento extraordinário dos volumes de produção estão entre os seus resultados mais notáveis.

* Uma versão deste artigo foi apresentada no XXXVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), em Foz do Iguaçu, Paraná, ocorrido de 1º a 5 de agosto de 1999.

** Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

No caso do Rio Grande do Sul, essas transformações podem ser caracterizadas em três períodos distintos, sob as quais se configuraram as diferentes fases do desenvolvimento agrário no Estado. Como já apontado em outra parte (NAVARRO, 1998), o primeiro desses períodos promoveu a “euforia” da modernização produtiva, iniciada na década de 70, quando os governos militares empreenderam uma inédita transformação de algumas regiões agrárias brasileiras (em especial no centro-sul do País), retirando-as de seu secular primitivismo tecnológico e inserindo-as em circuitos propriamente capitalistas — o que permitiu não apenas a constituição de novas estruturas de produção, mas também o desenvolvimento de uma nova racionalidade de gestão agrícola.

Esgotada essa primeira fase de mudanças, simbolizada pelo ano de 1981, quando foram modificadas as normas financeiras do primeiro período, particularmente no que se refere ao esgotamento da política de crédito rural facilitado, os anos seguintes foram marcados por uma dinâmica inteiramente nova da agricultura. A década de 80 representou, de fato, um outro período singular, com as evidências de um ajuste macroeconômico persistente e, como resultado, uma crescente deterioração dos aparatos institucionais ligados ao “mundo rural”, além da incapacidade financeira crescente do Estado em manter mecanismos de estímulo e/ou sustentação da agricultura parecidos com os do período anterior — em especial aqueles relacionados aos reclamos de financiamento da produção nas condições antes estabelecidas (SILVA, 1996; DELGADO, 1995).

A presente década, por sua vez, introduziu outros contornos econômicos e políticos, identificando uma terceira e diferente etapa do desenvolvimento agrário do Rio Grande do Sul. Nesses anos mais recentes, com o forte recuo do Estado nas suas políticas para o meio rural, modificou-se ainda mais o “ambiente social e produtivo”, no qual passou a inserir-se a agropecuária gaúcha, não apenas desafiando os estudiosos e suas ferramentas analíticas, mas, principalmente, materializando novos desafios e impasses que têm confrontado os próprios produtores, provavelmente em magnitude sem precedentes (NAVARRO, 1996).

Como resultados dessas mudanças mais gerais no período acima discutido, variaram, nas diferentes regiões, os seus efeitos sociais, observando-se também uma forte modificação demográfica no meio rural, com a diminuição constante das famílias dedicadas às atividades propriamente agrícolas, o que repercutiu sobre a estrutura de ocupação rural no Estado.

Essa caracterização do desenvolvimento agrário do Rio Grande do Sul tem o intuito de oferecer alguns dos aspectos essenciais para compreender as transformações no período recente. Este trabalho analisa as informações gerais sobre a ocupação rural no Rio Grande do Sul, resultantes de tabulações

especiais produzidas pelo Projeto Rurbano com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1981 e em cinco momentos da década de 90 (1992, 1993, 1995, 1996 e 1997). O objetivo, portanto, da análise que segue é interpretar as mudanças ocorridas nas formas de ocupação do meio rural sul-rio-grandense, relacionando-as com as profundas transformações econômico-produtivas que o Estado experimentou nos últimos 30 anos, verificando, em especial, as modificações na estrutura de emprego e suas particularidades. Da mesma forma, pretende-se também testar a hipótese geral do Projeto Rurbano, isto é, que as mudanças do período recente estariam ampliando (pelo menos relativamente) as formas de ocupação rurais não-agrícolas, em detrimento da tendência histórica de redução da ocupação rural agrícola (SILVA, 1997).¹

1 - As ocupações agrícolas e não-agrícolas da PEA no Rio Grande do Sul

A comparação da PNAD de 1981, que recolhe, portanto, os notáveis impactos do processo de modernização agrícola que revolucionou a agricultura gaúcha na década anterior, com as demais séries da década de 90 permite verificar que, de fato, houve duas décadas relativamente distintas de desenvolvimento agrário no Estado, com prováveis impactos diferenciados nas oportunidades de ocupação do meio rural. Há que se ressaltar, conforme mostra a Tabela 1, a expressiva diminuição da população rural em idade ativa (PIA rural), de 10 anos e mais, no período 1981-97. Nesses anos, o total da população rural em idade ativa registrou uma redução absoluta da população de quase 500 mil pessoas (mais precisamente 492 mil). Importante também salientar que essa redução foi mais significativa na década de 80 (ou seja, comparando-se as PNADs de 1981 e 1992) do que na década seguinte (comparando-se as PNADs de 1992 a 1997). No primeiro período, a diminuição anual alcançou a taxa de -2,0% a.a.,

¹ O Projeto Rurbano é o esforço de um grupo de pesquisadores de 11 unidades da Federação que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural brasileiro nas últimas décadas. Trata-se de um projeto temático de equipe, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, coordenado pelo Professor José Graziano da Silva da Unicamp. Maiores informações estão disponíveis na *home-page* [<http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano.html>].

enquanto na década de 90, a redução sofreu ligeiro abrandamento, mas ainda se manteve em uma taxa de -0,6% a.a. entre 1992 e 1997.²

Ao analisar, retrospectivamente, esses 15 anos de mudanças, pode-se associar a diminuição absoluta da população rural aos impactos da intensa modernização tecnológica e produtiva da década de 70, que ocorreu em quase todas as regiões rurais do Estado. Embora esses processos tenham diminuído sua intensidade, com o esgotamento dos mecanismos financeiros que lhe deram origem, ainda assim, nos anos mais recentes, seguiram seu itinerário concentrando-se em algumas áreas e em algumas atividades produtivas. O processo de modernização implicou intensa redução de postos de trabalho, com a eliminação freqüente das formas transitórias de trabalho antes vigentes, como o pequeno arrendamento, a parceria e a multiplicação de agregados nas propriedades maiores, antes dedicadas principalmente (como atividade propriamente comercial) à triticultura, o mesmo acontecendo na principal zona de produção da soja, o chamado Planalto Médio. Nessa região, o *boom* da soja deslocou rapidamente os pequenos produtores rurais, não apenas pela lenta constituição de uma nova racionalidade na gestão da propriedade, mas, igualmente, pela expansão da mecanização, eliminando postos de trabalho antes existentes. Para a crescente “população sobrando”, que perdeu suas formas de ocupação em função da expansão da soja, o retorno às suas regiões de origem, normalmente o Alto Uruguai (região fronteiriça com Santa Catarina), não era mais possível devido à pressão demográfica existente nesta última região, à estrutura fundiária marcada pela predominância de pequenos estabelecimentos e, em especial, à inexistência de “terras livres” ou de custo mais baixo a serem ocupadas.

Nesse contexto, a migração às cidades tornou-se quase a única alternativa existente, particularmente em direção ao Vale do Sinos, região próxima a Porto Alegre, tendo como centro irradiador a cidade de Novo Hamburgo que, na década de 80, se tornou um dos principais centros produtores de calçados (principalmente femininos) do País, setor este fortemente exportador (SCHNEIDER, 1999). Os movimentos migratórios, contudo, nos anos 80 não podem ser comparados com aqueles da década anterior, pois o crescimento da economia gaúcha se reduziu e freou decisões migratórias. No auge da modernização da agricultura gaúcha nos anos 70, os movimentos populacionais foram intensos, quando a população residente em regiões rurais diminuiu em 15% em apenas 10 anos, situação que não

² Vale notar que, ao longo da década de 80, o Rio Grande do Sul registrou uma taxa média anual de crescimento demográfico de 1,51% e, entre 1991 e 1996, de 0,99%. A população urbana cresceu 4,08% ao ano entre 1970 e 1980 e 3,98% ao ano entre 1980 e 1990. Nesses mesmos períodos, a população rural registrou índices de crescimento populacional bem inferiores aos urbanos: 0,85% ao ano em 1970 e -2,08% ao ano na década de 80 (OLIVEIRA et al., 1990).

mais se repetiria nos anos seguintes, em face da citada perda de dinamismo da economia do Estado (seguindo o padrão nacional).

Já na presente década, como antes referido, há outros fatores novos a serem considerados, particularmente os efeitos da abertura comercial e seus impactos em alguns setores produtivos da economia agrícola do Estado (NAVARRO, 1996). Em especial, devem ser salientados dois setores que, talvez, mais tenham contribuído para a redução das oportunidades de ocupação no meio rural gaúcho. A orizicultura, que experimentou anos problemáticos, situações de endividamento ainda não resolvidas, descapitalização devido à queda dos preços das terras e do arroz, concorrência com produtos importados, dentre outros aspectos — em muitos casos, levando à redução da área plantada e à desativação de postos de trabalho. O segundo setor produtivo que, provavelmente, tenha sido mais afetado pela abertura comercial e pelo acordo do Mercosul foi o da produção de leite. Nesse caso, a produção advém do trabalho realizado por milhares de pequenos produtores, com baixíssima produtividade geral e inteiramente despreparados para concorrer com os produtos de origem externa. Ainda não são conhecidos os impactos reais desse processo no Rio Grande do Sul, mas evidências assistemáticas indicam uma permanente sangria populacional, em decorrência do abandono de uma atividade que, quase sempre, desempenha um papel fundamental para esses produtores, pois possibilita uma renda permanente ao longo do ano.

Essas transformações na economia gaúcha, e no meio rural em particular, tornam-se ainda mais evidentes quando se compara apenas a população rural economicamente ativa entre seus ramos de atividades agrícolas e não-agrícolas (e, nestes últimos, os vários sub-ramos de ocupações), conforme indicado no Gráfico 1. Registrase, claramente, neste exame, a queda mais do que proporcional dos ocupados em atividades agrícolas, inclusive com uma taxa de redução anual que se acelera na década de 90 — isto é, enquanto nos anos 80 a redução anual foi de -1,7%, o esvaziamento ocupacional na década seguinte aumentou para -2,8%. A redução da PEA foi mais acentuada entre os ocupados em atividades agrícolas, que em 1981 eram 1.160.800, em 1992 passaram para 964.000 e em 1997 chegaram a 815.200, embora sua participação relativa no período tenha se mantido em torno de 70%.

Nesse sentido, os dados corroboram, mesmo que parcialmente, uma das constatações centrais do Projeto Rurbano, qual seja, a de que o espaço rural vem se tornando crescentemente alvo de duas dinâmicas econômicas distintas no que se refere às formas de ocupação, uma referindo-se à queda do emprego agrícola e a outra ao aumento das pessoas envolvidas em atividades não-agrícolas (SILVA, BALSADI, DEL GROSSI, 1997). Fenômeno este que, aliás, vem sendo identificado em vários outros países e regiões (INDICATEURS..., 1996; KLEIN, 1992; WELLER, 1997).

Tabela 1

População rural de 10 anos ou mais, segundo o ramo de atividade, no Rio Grande do Sul — 1981-1997

POPULAÇÃO RURAL	1981		1992		1993		1995	
	Pessoas (1 000)	%						
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	1 444,1	68,1	1 272,4	74,6	1 212,9	73,9	1 184,3	71,9
Ocupados								
Agrícola	1 160,8	80,4	964,0	75,8	915,6	75,5	882,2	74,5
Não-agrícola	276,5	19,2	297,1	23,4	286,3	23,6	285,8	24,1
Indústria de transformação	62,6	4,3	85,7	6,7	97,9	8,1	76,1	6,4
Indústria da construção	31,5	2,2	22,1	1,7	20,3	1,7	19,0	1,6
Outras atividades industriais	23,9	1,7	15,7	1,2	8,2	0,7	13,5	1,1
Comércio de mercadorias	29,5	2,0	31,4	2,5	31,9	2,6	33,1	2,8
Prestação de serviços	62,1	4,3	77,5	6,1	68,3	5,6	79,4	6,7
Serviços auxiliares de atividade econômica	4,0	0,3	3,1	0,2	4,4	0,4	8,7	0,7
Transporte e comunicações	13,5	0,9	8,6	0,7	10,7	0,9	11,8	1,0
Social	32,5	2,2	33,2	2,6	26,6	2,2	25,2	2,1
Administração pública	11,6	0,8	16,0	1,3	14,9	1,2	11,7	1,0
Outras atividades	5,3	0,4	3,8	0,3	2,9	0,2	7,3	0,6
Não ocupados								
Procurando emprego	6,8	0,5	11,2	0,9	11,0	0,9	16,2	1,4
NÃO ECONOMICAMENTE ATIVOS								
Aposentados, pensionistas ou outras rendas	128,1	6,0	110,2	6,5	132,4	8,1	161,7	9,8
Outros não economicamente ativos	546,8	25,8	323,4	19,0	296,1	18,0	300,5	18,3
PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS	2 119,0	100,0	1 706,0	100,0	1 641,4	100,0	1 646,4	100,0

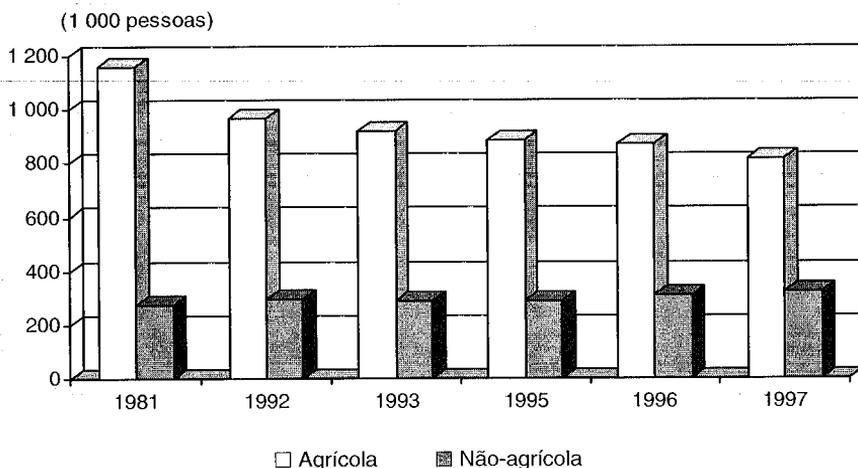
POPULAÇÃO RURAL	1996		1997		TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)	
	Pessoas (1 000)	%	Pessoas (1 000)	%	1981-92 (1)	1992-97 (2)
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	1 198,3	72,6	1 163,1	71,5	(3)-1,1	(3) -1,5
Ocupados						
Agrícola	872,4	72,8	815,2	70,1	(3)-1,7	(3) -2,8
Não-agrícola	305,5	25,5	324,1	27,9	0,7	1,7
Indústria de transformação	81,1	6,8	90,1	7,7	(4) 2,9	-1,3
Indústria da construção	20,8	1,7	34,1	2,9	(5)-3,2	6,2
Outras atividades industriais	13,4	1,1	10,4	0,9	(5)-3,8	-1,3
Comércio de mercadorias	41,9	3,5	33,4	2,9	0,6	3,2
Prestação de serviços	85,0	7,1	83,1	7,1	2,0	(5) 3,0
Serviços auxiliares de atividade econômica	5,3	0,4	8,4	0,7	-2,4	(4) 19,1
Transporte e comunicações	14,8	1,2	11,5	1,0	(5)-4,0	(5) 7,4
Social	19,8	1,6	33,0	2,8	0,2	-2,9
Administração pública	19,5	1,6	16,7	1,4	3,0	2,1
Outras atividades	3,9	0,3	3,5	0,3	-3,0	3,1
Não ocupados						
Procurando emprego	20,4	1,7	23,8	2,0	(5) 4,7	(3) 17,8
NÃO ECONOMICAMENTE ATIVOS						
Aposentados, pensionistas ou outras rendas	159,9	9,7	146,4	9,0	-1,4	(4) 6,4
Outros não economicamente ativos	291,5	17,7	318,3	19,6	(3)-4,7	-0,4
PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS	1 649,6	100,0	1 627,8	100,0	(3)-2,0	(5) -0,6

FONTE: PROJETO RURBANO (1999). **Tabulações especiais PNADs**. Campinas: UNICAMP/NEA-IE.

(1) O teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não (2) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Nesse caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
(3) Significa 5%. (4) Significa 10%. (5) Significa 20%.

Gráfico 1

PEA rural ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas
no Rio Grande do Sul — 1981-1997



FONTE: PROJETO RURBANO (1999). **Tabulações especiais PNADs**. Campanhas : UNICAMP/NEA-IE.

Em relação aos principais ramos das atividades não-agrícolas da PEA, é preciso notar, conforme também indicado na Tabela 1, que, nos anos 80, a parcela da população rural envolvida no ramo da indústria de transformação cresceu 2,9% a.a., mantendo uma participação ao redor de 7,7% da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas. Em geral, esse ramo é composto pelas pequenas unidades semi-industriais processadoras de produtos agropecuários, como as agroindústrias avícolas e suínicas e também os laticínios de pequeno porte. Destaca-se, também, o ramo da prestação de serviços, que aumentou sua capacidade ocupacional em mais de 20 mil postos entre 1981 e 1997, chegando a crescer a uma taxa anual de 3% entre 1992 e 1997, o que indica, talvez, a maior diversidade de atividades nos ambientes rurais, não necessariamente relacionadas ao setor agrícola propriamente dito. Os ramos da indústria de transformação e da prestação de serviços juntos representavam, em 1997, quase 15% da PEA ocupada em atividades não-agrícolas.

A exceção mais evidente em relação ao comportamento dos ramos das atividades não-agrícolas da PEA rural ocupada ocorreu, de fato, no ramo dos

serviços auxiliares de atividades econômicas (que cresceu 19,1% a.a.) e no ramo dos transportes e comunicações, aumentando em 7,4%, inclusive invertendo, em ambos os casos, a tendência negativa verificada na década anterior. Esse desempenho parece indicar que atualmente as atividades econômicas que mais crescem no espaço rural gaúcho são aquelas associadas ao setor de serviços, sejam pessoais ou de outro tipo. Do ponto de vista sociológico, pode-se dizer que tal fenômeno está relacionado tanto ao processo de complexificação da divisão social do trabalho no espaço rural quanto à integração crescente dos indivíduos nas demais esferas da economia. Nesse caso, a socialização não ocorre apenas por intermédio da venda da força de trabalho ou pela execução de atividades não-agrícolas no meio rural, mas também a partir das esferas culturais e simbólicas da vida social. Em razão disto, não é difícil compreender por que as pessoas domiciliadas no meio rural buscam, de forma crescente, concretizar mecanismos e situações que as aproximam do padrão de vida urbano. Nesse sentido, setores como transportes e veículos de comunicação vêm desempenhando um papel muito significativo.

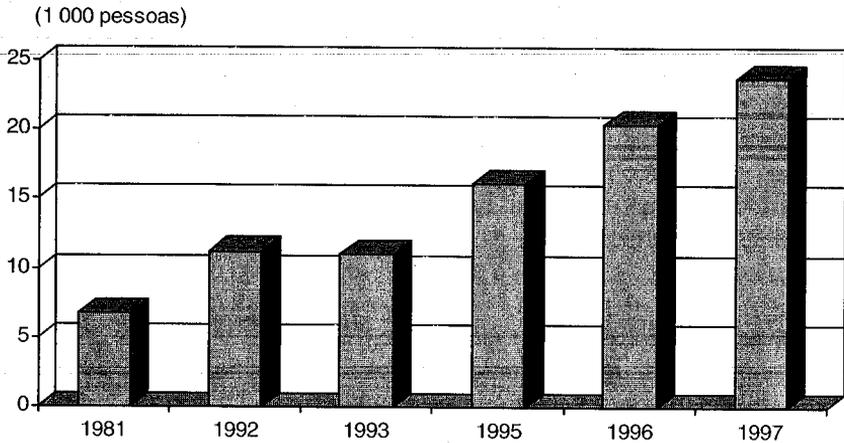
A queda das ocupações em ramos importantes das atividades não-agrícolas, como a indústria da construção (variação de -3,2% entre 1981 e 1992), parece estar em consonância com a crise econômica que se abateu sobre o meio rural gaúcho nos anos recentes. Conforme destacado em outro trabalho (SCHNEIDER, NAVARRO, 1998), a marca mais saliente da presente década na estrutura agrária sul-rio-grandense tem sido o crescimento do desemprego e das pessoas não remuneradas, o que parece refletir a situação geral da agricultura, particularmente em atividades como a orizicultura e a produção de leite.³

Por essa razão, merece destaque o aumento dos trabalhadores não-ocupados no período analisado (que procuravam emprego na semana de referência). Embora não tão expressiva numericamente, essa categoria apresentou um crescimento gradual ao longo dos 15 anos analisados, passando de 0,5% da PEA rural com 10 anos ou mais de idade em 1981 para 2% em 1997 (um aumento absoluto de 17 mil pessoas), conforme indica o Gráfico 2. Na década de 80, essa categoria cresceu a expressiva taxa de 4,7% a.a. e, nos anos 90, elevou-se para 17,8% a.a., sendo a mais alta taxa de crescimento verificada entre todos os ramos.

³ No citado trabalho, apontou-se que, entre 1992 e 1995, se registrou uma queda (-7,7%) anual dos empregados na agricultura gaúcha (SCHNEIDER, NAVARRO, 1998, tab.9).

Gráfico 2

População rural de 10 anos e mais não ocupada (procurando emprego) no Rio Grande do Sul — 1981-1997



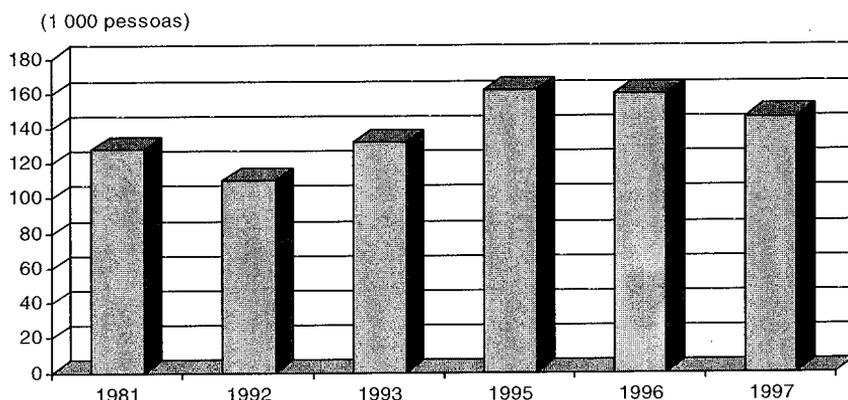
FONTE: PROJETO RURBANO (1999). **Tabulações especiais PNADs**. Campinas : UNICAMP/NEA-IE.

Outro aspecto relevante que a análise comparativa das PNADs revela refere-se à evolução da população “não economicamente ativa” no meio rural, basicamente formada por aposentados, pensionistas e inativos. No Rio Grande do Sul, os dados extraídos das PNADs (que estão detalhados na Tabela 1), apresentados separadamente no Gráfico 3, demonstram, claramente, essas tendências relativas aos aposentados rurais, que, entre 1981 e 1992, tiveram seu número absoluto reduzido em 18 mil, embora nos anos 90 tenha ocorrido um acréscimo expressivo no número de aposentados, chegando ao total de 146,4 mil aposentadorias rurais no Estado, em 1997, o que significou um crescimento de 6,4% a.a. entre 1992 e 1997. Tal fato espelha a abertura propiciada pelos novos preceitos constitucionais de 1988 e sua posterior regulamentação, mas também retrata a enorme agilidade do sistema sindical de trabalhadores rurais e de pequenos proprietários (os STRs) nesses anos, que se dedicaram intensamente a essa atividade, viabilizando

meios para encaminhar as solicitações junto aos órgãos governamentais correspondentes.⁴

Gráfico 3

População não economicamente ativa rural composta de aposentados, pensionistas e outros no Rio Grande do Sul — 1981-1997



FORNTE: PROJETO RURBANO (1999). **Tabulações especiais PNADs**. Campi-
nas : UNICAMP/NEA-IE.

1.1 - Os setores de ocupação da PEA rural

A verificação de que nas últimas décadas foram as atividades não-agrícolas que contribuíram para manutenção do emprego e da ocupação no espaço rural induz a um refinamento interpretativo para esse fenômeno.⁵ Desde o início

⁴ Essa agilidade operacional dos sindicatos tem sido repetida nos anos mais recentes, em relação à outra política pública, o Pronaf, quando novamente o Rio Grande do Sul demonstrou incomum desenvoltura na preparação de projetos e solicitações, tornando o Estado o maior destinatário dos recursos deste último programa.

⁵ Cabe observar que existe uma distinção entre os ramos e os setores de atividades, pois um mesmo setor pode englobar várias ocupações diferentes de um único ramo, como é o caso, por exemplo, do ramo da prestação de serviços na Tabela 4, que incorpora os setores do emprego doméstico, dos restaurantes, das alfaiatarias e da assistência técnica em veículos da Tabela 1.

da década de 80, o emprego doméstico e a construção foram os setores que ocuparam a maior parte da população rural não-agrícola, situação que se manteve praticamente inalterada até 1997, conforme assinalado na Tabela 2. Embora a maior parte das taxas anuais de crescimento dos principais setores de atividades da PEA rural não-agrícola do Rio Grande do Sul não seja suficientemente significativa para se analisar seu desempenho no período, deve-se ressaltar que o índice de 2,5% de crescimento ao ano que se atribui ao conjunto dos setores se mostrou fortemente significativo, o que revela a tendência de seu desempenho.

Tabela 2

Principais setores de atividades da população com domicílio rural ocupada em atividades não-agrícolas no Rio Grande do Sul — 1981, 1992 e 1997

SETORES	1981		1992		1997		TAXA DE CRESCIMENTO (% a a.)	
	Pessoas (1 000)	%	Pessoas (1 000)	%	Pessoas (1 000)	%	1981-92 (1)	1992-97 (2)
Emprego doméstico	36,3	13,1	45,1	15,2	46,6	14,4	2,0	1,4
Construção civil	31,5	11,4	22,1	7,4	34,1	10,5	(3) -3,2	6,2
Estabelecimentos de ensino público	24,3	8,8	26,9	9,1	20,4	6,3	0,9	-6,9
Comércio de alimentos	16,2	5,9	10,0	3,4	13,2	4,1	(3) -4,3	9,7
Indústria de alimentos	9,6	3,5	7,7	2,6	15,1	4,7	-2,0	(5) 12,2
Indústria de transformação	17,3	6,3	9,7	3,2	7,0	2,2	(5) -5,2	(3) -10,5
Restaurantes	6,0	2,2	5,5	1,9	9,1	2,8	-0,7	12,4
Alfaiataria	10,4	3,8	8,8	3,0	6,2	1,9	-1,5	2,0
Administração municipal	2,5	0,9	8,2	2,8	8,0	2,5	(5) 11,4	3,0
Comércio ambulante	2,2	0,8	4,3	1,5	2,7	0,8	(5) 14,7	-4,1
Indústria de madeiras	6,9	2,5	5,6	1,9	3,8	1,2	-1,9	-1,6
Transporte de carga	7,8	2,8	5,0	1,7	4,0	1,2	-3,9	-1,5
Assistência técnica – veículos	4,7	1,7	3,6	1,2	9,0	2,8	-2,4	(4) 15,8
Subtotal	175,7	63,5	162,5	54,7	179,1	55,3	-0,4	(4) 2,0
PEA NÃO-AGRÍCOLA	276,5	100,0	297,1	100,0	324,1	100,0	0,7	1,7

FORNTE: PROJETO RURBANO (1999). **Tabulações especiais PNADs**. Campinas : UNICAMP/NEA-IE.

(1) O teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não. (2) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Nesse caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. (3) Significa 20%. (4) Significa 10%. (5) Significa 5%.

Em relação a alguns setores específicos, pode-se destacar o crescimento positivo do setor da indústria de alimentos (12,2%) e da assistência técnica em veículos (15,8%) com índices amplamente favoráveis entre os anos de 1992 e 1997. Já na década de 80, o melhor desempenho fica por conta do setor da administração municipal (11,4%), que, provavelmente, se refere ao grande número de municípios novos que foram criados no Rio Grande do Sul, particularmente no segundo quinquênio da década. Em 1987, foram criados 29 novos

municípios; em 1988, 60 novas municipalidades surgiram; e, em 1992, foram 94, totalizando 183 novos municípios em apenas cinco anos.

O desempenho favorável verificado na indústria de alimentos (10,3%) entre 1992 e 1997 reflete um fenômeno que vem se generalizando no meio rural que é o da agregação de valor ao produto agrícola *in natura*. Muitas vezes essas atividades ocorrem na própria propriedade ou em pequenas unidades comerciais localizadas nas proximidades, onde os agricultores adquirem o produto agrícola e o acondicionam em embalagens para ser levado ao comércio atacadista e varejista. No Rio Grande do Sul, alguns produtos, como o moranguinho, o kiwi, a uva e a banana, tiveram incrementos significativos nos anos recentes e são exemplos desse processo de incremento de atividades não-agrícolas no meio rural, cujas ocupações geradas são captadas no universo dos setores da indústria e do comércio de alimentos, onde se formam grupos de trabalhadores que passam a operar especificamente nessas fases da produção.

Uma apreciação de conjunto dos setores listados na Tabela 2 permite que se identifique, como traço geral que é comum a todos os setores, o fato de serem atividades que podem ser exercidas por pessoas de baixa qualificação profissional. Contudo essa disseminação de serviços e de pequenas atividades de agregação de valor no meio rural também permitem estabelecer a hipótese de que está em curso um processo de diversificação produtiva e de ampliação da divisão social do trabalho. Uma das possíveis conseqüências desse processo é que a agricultura, embora continue a ter um papel importante, já não se constitui na única possibilidade de ocupação e de emprego, pois as atividades não-agrícolas passam a oferecer novas alternativas aos indivíduos que habitam no espaço rural.

A hipótese da baixa qualificação da força de trabalho pode ser melhor evidenciada com a apreciação das principais ocupações não-agrícolas da população rural ocupada 15 horas e mais na semana de referência. Nesse caso, observa-se que, em geral, essas ocupações são compostas pelas atividades de serviços domésticos, dos balconistas, dos ajudantes e dos serventes, dentre outras, conforme se verifica na Tabela 3. Esse fato revela que as pessoas residentes no espaço rural, mesmo sem acesso a formas de treinamento específico e/ou ampliação do nível de escolaridade, estão sendo dotadas de novas habilidades profissionais e alterando as formas usuais de ocupação de sua mão-de-obra. No Rio Grande do Sul, tanto na década de 80 como nos anos mais recentes, verificou-se uma forte oscilação nas taxas anuais desse tipo de ocupação. Assim, como ilustração, a categoria dos professores primários passou de 6.800 em 1981 para 16.500 em 1992, observando uma taxa de crescimento anual de 8,4%, o que pode ser atribuído à formação das novas municipalidades, anteriormente mencionadas. No entanto, essas oscilações também se aplicam a ou-

tras profissões, como, por exemplo, os forneiros em olaria e os ambulantes, que, em ambos os casos, registraram quedas acentuadas entre 1992 e 1997, de 16,2% e 5,2% ao ano respectivamente. Essas ocupações podem, inclusive, estar ligadas à agricultura, na condição de atividades de prestação de serviços para os agricultores, como é o caso do transporte de mercadorias agrícolas, conforme já antes destacado.

Tabela 3

Principais ocupações não-agrícolas da PEA com domicílio rural
no Rio Grande do Sul — 1981, 1992 e 1997

OCUPAÇÃO PRINCIPAL	1981		1992		1997		TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)	
	Pessoas (1 000)	%	Pessoas (1 000)	%	Pessoas (1 000)	%	1981-92 (1)	1992-97 (2)
Serviços domésticos	36,2	13,1	33,6	11,3	31,3	9,7	-0,7	0,8
Pedreiro	11,5	4,2	10,7	3,6	14,8	4,6	-0,7	4,2
Serviços por conta própria	6,9	2,5	5,9	2,0	9,5	2,9	-1,5	11,1
Professores primários do grau inicial	6,8	2,5	16,5	5,6	10,3	3,2	(3) 8,4	-10,4
Balconistas atendentes ...	9,8	3,5	12,7	4,3	12,5	3,8	2,4	1,9
Motorista	13,3	4,8	9,0	3,0	10,5	3,2	-3,5	7,1
Ajudante de pedreiro	9,3	3,4	6,6	2,2	7,2	2,2	-3,0	-0,6
Servente faxineiro	4,6	1,7	6,4	2,2	7,7	2,4	3,1	-0,9
Ajudantes diversos	8,3	3,0	9,9	3,3	13,3	4,1	1,5	2,2
Costureiro alfaiate	8,2	3,0	7,1	2,4	4,9	1,5	-1,3	4,6
Forneiro em olaria	7,6	2,8	9,1	3,1	3,6	1,1	1,6	(3)-16,2
Ambulante – outros	0,9	0,3	3,4	1,1	2,7	0,8	(4)13,1	(3) -5,2
Diversos	4,6	1,7	9,6	3,2	6,1	1,9	(5) 6,9	-9,7
Subtotal	128,0	46,3	140,4	47,3	134,3	41,4	0,8	0,1
PEA NÃO-AGRÍCOLA	276,5	100,0	297,1	100,0	324,1	100,0	0,7	1,7

FONTES: PROJETO RURBANO (1999). **Tabulações especiais PNADs**. Campinas : UNICAMP/NEA-IE.

(1) O teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não. (2) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Nesse caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. (3) Significa 5%. (4) Significa 10%. (5) Significa 20%.

2 - As mudanças nas principais categorias sociais da população rural gaúcha

Além das informações detalhadas, oferecidas pelas PNADs, sobre os ramos, os setores e as ocupações não-agrícolas que mais vêm crescendo no espaço rural gaúcho, é possível avançar na comparação entre as ocupações nas atividades agrícolas e não-agrícolas, medindo-as em seu conjunto, focalizando as principais categorias da PEA rural, que são os empregados, os em-

pregadores, os ocupados por conta própria (que são os que não contratam trabalhadores assalariados, sendo eles mesmos que exercem as atividades na propriedade ou fora dela) e os não-remunerados (que são os membros das famílias, como cônjuges, filhos e outros), conforme exposto na Tabela 4.

Tabela 4

Evolução da PEA com domicílio rural, segundo a posição na ocupação, no Rio Grande do Sul — 1981, 1992 e 1997

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1981 (1 000 pessoas)	1992 (1 000 pessoas)	1997 (1 000 pessoas)	TAXA DE CRESCIMENTO (% a a)	
				1981-92 (1)	1992-97 (2)
Atividades agrícolas	1 160,8	964,0	815,2	(3)-1,7	(3) -2,8
Empregados	146,3	145,9	107,6	0,0	(4) -5,9
Conta própria	379,8	326,7	295,5	(5)-1,4	(5) -1,7
Empregadores	22,2	26,8	26,7	1,7	-4,1
Não-remunerados	612,5	464,6	385,2	(3)-2,5	(4) -2,8
Atividades não-agrícolas	276,5	297,1	324,1	0,7	1,7
Empregados	207,1	234,5	230,2	1,1	-0,4
Conta própria	47,6	46,4	62,1	-0,2	(4) 7,0
Empregadores	7,3	7,0	16,9	-0,4	(4)14,7
Não-remunerados	14,5	9,2	14,9	(5)-4,1	(5) 7,8
TOTAL	1 437,3	1 261,1	1 139,3	(3)-1,2	(3) -1,7

FONTE: PROJETO RURBANO (1999). *Tabulações especiais PNADs*. Campinas : UNICAMP/NEA-IE.

(1) O teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não. (2) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Nesse caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. (3) Significa 5%. (4) Significa 10%. (5) Significa 20%.

De acordo com a Tabela 4, ao se enfatizar exclusivamente a PEA ocupada em atividades agrícolas, ressalta-se a expressiva participação das pessoas ocupadas em atividades não-remuneradas e por conta própria sobre o total. Em geral, essas ocupações são exercidas por agricultores familiares que possuem uma pequena propriedade e executam suas atividades, utilizando-se apenas do trabalho da família, sem contratar nenhum tipo de assalariado, indicando o significativo peso da agricultura familiar na estrutura agrária gaúcha. O outro aspecto que merece ser reiterado refere-se à redução total sofrida pela PEA agrícola, que passou de 1.160.800 em 1981 para apenas 815.200 em 1997, com destaque para a diminuição dos empregados (-5,9% a.a.), dos não-remunerados (-2,8% a.a.) e dos que trabalham por conta própria (-1,7% a.a.) no período 1992-97. Somadas, essas duas últimas categorias parecem indicar que a queda expressiva da população rural ocupada em atividades agrícolas está ligada à diminuição do número de pequenos proprietários no Estado do Rio Grande do Sul, especialmente de unidades que operam com base no trabalho familiar.

Tais evidências estão em consonância com as dificuldades crescentes que os agricultores familiares vêm encontrando para manter-se no meio rural e, sobretudo, nas atividades agrícolas nos anos recentes. Esse processo de “abandono do campo” é particularmente mais expressivo entre os agricultores que produzem leite, que vêm sofrendo intensa concorrência com os produtos importados dos países do Mercosul e aqueles ligados às agroindústrias de frangos e suínos, pois estas vêm implementando políticas de enxugamento em seus quadros de integrados para obter melhores escalas de produtividade.

Contudo há outros fatores que explicam essa redução do emprego agrícola, como a diminuição vertiginosa dos preços dos principais produtos agrícolas da agropecuária gaúcha nos anos recentes. Segundo estudos de Lopes (1997, p. 11), entre 1991 e 1995 os preços recebidos pelos produtores caíram 19% no caso do arroz, 27% no caso do milho, 36% no caso da soja e 54% no do trigo, o que, sem dúvida, ocasionou uma queda nas rendas dos agricultores e, conseqüentemente, dificuldades para manter suas atividades e escalas de produção. Apesar disso, a resposta dos agricultores gaúchos tem sido a busca da elevação da produtividade da agropecuária que, segundo estudos da Fundação de Economia e Estatística (GRANDO, 1996), aumentou em 2,4% ao ano entre 1980 e 1995 para o conjunto do Estado. Nas duas últimas décadas, a agricultura gaúcha ampliou não somente os volumes da produção primária como também a sua produtividade, pois esse aumento se fez com um número cada vez menor de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias. Em 1980, cultivavam-se em torno de 8 milhões de hectares com grãos no Rio Grande do Sul, obtendo-se cerca de 12,3 milhões de toneladas. Em 1995, a área cultivada com grãos reduziu-se para 6,3 milhões de hectares, mas a produção havia subido para 17,3 milhões de toneladas. Portanto, em 15 anos, a produção de grãos no Estado cresceu 41%, e a superfície cultivada reduziu-se em cerca de 20,4%, aumentando o rendimento médio por hectare de 1,53 t/ha em 1980 para 2,72 t/ha em 1995.

Essas informações parecem sintomáticas das características e tendências que a agricultura e o emprego rural tendem a assumir nas próximas décadas, ou seja, um setor econômico concentrado em um número cada vez menor de unidades produtivas, porém cada vez mais tecnificadas, eficientes e produtivas, e tendendo a gerar cada vez menos empregos.

Com relação à participação dos trabalhadores rurais assalariados (empregados), verifica-se que nos anos mais recentes houve uma queda expressiva dessa categoria, que, entre 1992 e 1997, foi da ordem de -5,9% a.a. Essa redução está relacionada, provavelmente, às pressões econômicas enfrentadas por culturas onde geralmente é utilizada força de trabalho contratada, como é o caso da lavoura de arroz e, em menor escala, da fumicultura ou da produção de outros cereais (SCHNEIDER, NAVARRO, 1998).

No que se refere às ocupações não-agrícolas da PEA com domicílio rural, conforme mostra a mesma Tabela 4, os dados das PNADs indicam que a maioria dos indivíduos está ocupada na condição de empregado (em torno de 71%, em 1997). No entanto, é preciso destacar o expressivo crescimento de 14,7% a.a., entre 1992 e 1997, da categoria dos empregadores com domicílio rural que atuavam em atividades não-agrícolas, indicando, provavelmente, o crescimento das atividades autônomas de pequenos empreendedores no meio rural, o que, de certo modo, corrobora o crescimento do ramo da prestação de serviços antes destacado.

A análise do desempenho das diferentes ocupações da população rural gaúcha nos últimos 15 anos permite concluir que ainda há forte presença do trabalho familiar, ou na forma de ocupações por conta própria ou de ocupações não remuneradas. No entanto, uma avaliação do conjunto dos dados apresentados mostra que nos anos 80 tanto as ocupações em atividades agrícolas quanto as não-agrícolas regrediram a uma taxa anual de -1,2% a.a. Já nos anos 90 essa tendência continuou inalterada, e a queda observou uma taxa de -1,7% a.a., sobretudo nas ocupações agrícolas, onde as taxas anuais entre 1992 e 1997 elevaram-se para -2,8% a.a.

2.1 - As pessoas com dupla atividade no meio rural gaúcho

Entre as diversas características da população rural que vem sendo reveladas pela análise dos microdados das PNADs no escopo do Projeto Rurbano, talvez a que mais tenha surpreendido seja o aparecimento da categoria dos duplo-ativos, ou seja, trata-se de pessoas com domicílio rural que combinam o exercício de um “trabalho principal”, ou aquele considerado indispensável, com outras formas de ocupação ou obtenção de renda. Em muitos casos, as atividades secundárias podem não passar de “bicos” ou trabalhos temporários e ocasionais, mas não é raro encontrar trabalhadores que de fato possuem duas ocupações.⁶

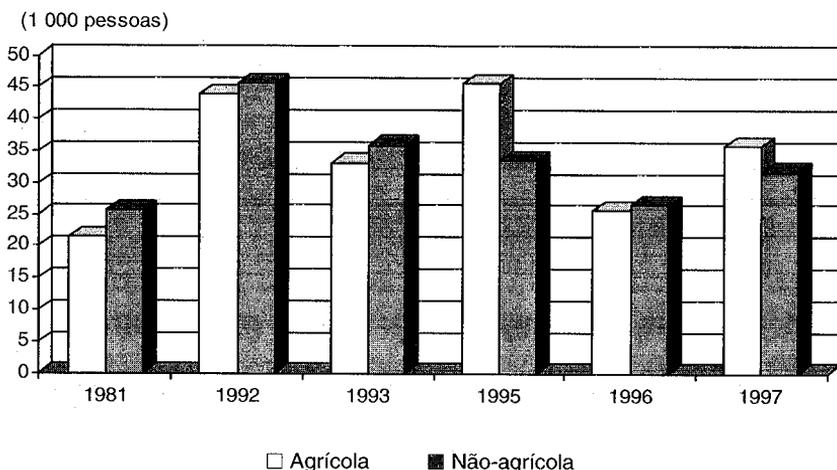
O Gráfico 4 indica a evolução das pessoas com dupla atividade da PEA rural ocupada que possuem como atividade principal um trabalho agrícola ou não-agrícola. A primeira constatação é a de que o grupo de duplo-ativos pratica-

⁶ Captar a natureza do trabalho secundário das pessoas economicamente ativas somente se tornou possível a partir de 1992, quando o IBGE reformulou suas metodologias. Antes dessa data, os dados fornecidos apenas informavam acerca da existência ou não de uma atividade secundária, sem identificar qual era essa atividade.

mente dobrou entre 1981 e 1992 em ambos os ramos de atividades, agrícola e não-agrícola. A segunda é a de que essa evolução dos duplo-ativos com domicílio rural nos anos 80 ocorreu de forma equilibrada nos dois ramos, crescendo a uma taxa de 6,7% a.a., onde a atividade principal era agrícola, e de 5,4% a.a., onde a atividade principal era não-agrícola.

Gráfico 4

Atividade principal das pessoas ocupadas com dupla atividade na PEA rural, no Rio Grande do Sul — 1981-1997



FONTE: PROJETO RURBANO (1999). **Tabulações especiais PNADs.** Campinas : UNICAMP/NEA-IE.

Em relação à dupla atividade das pessoas com domicílio rural, merece destaque a importância quantitativa no Estado do Rio Grande do Sul face aos demais da região meridional. Somente no ano de 1997 havia 516 mil pessoas no conjunto dos três estados da Região Sul que possuíam algum tipo de dupla atividade, das quais 263 mil se encontravam no Rio Grande do Sul. Em relação ao total da PEA rural gaúcha, que em 1997 era de 1,163 milhão de pessoas, isto significa dizer que existem 22,6% de pessoas que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas ao longo do ano, o que é altamente relevante sob o ponto de vista do emprego e da ocupação.

3 - Considerações finais

Neste breve trabalho, buscou-se apresentar as transformações nas ocupações agrícolas e não-agrícolas da PEA rural gaúcha no período entre 1981 e 1997, com base nas informações obtidas a partir das PNADs, elaboradas no escopo do Projeto Rurbano. Com base nesses dados, tentou-se lançar algumas considerações interpretativas sobre as mudanças do emprego e das formas de ocupação na agricultura do Rio Grande do Sul. Verificou-se que a PEA do Estado, ocupada em atividades agrícolas, apresenta uma trajetória de queda desde o início dos anos 80, vindo, inclusive, a se acelerar na primeira metade dos anos 90. Já o desempenho da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas é diferente, pois, apesar de não acusar expressivas taxas de crescimento, indica, pelo menos, uma situação de estabilização. Assim, considerando-se que entre 1992 e 1995 a PEA rural total caiu à taxa de -1,6% no Rio Grande do Sul, pode-se afirmar que essa queda da ocupação foi fortemente influenciada pela diminuição das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas.

Entre as hipóteses explicativas para o desempenho negativo da PEA agrícola apresentadas no trabalho, pode-se relacionar os impactos da intensa modernização tecnológica e produtiva iniciados ainda na década de 70, que tiveram fortes repercussões na década seguinte, com efeitos que atingiram quase todas as regiões rurais gaúchas. Também se constatou o crescimento dos trabalhadores não ocupados (desempregados ou “procurando emprego”, conforme a PNAD) no meio rural. Nos 15 anos analisados, essa categoria registrou um aumento de 17,8% a.a., passando de 0,5% da PEA rural com 10 anos ou mais para 2% em 1997 (ou 23.800 pessoas), o que significou um aumento absoluto de 17 mil pessoas no período de 1981 a 1997. Além disto, também mereceu destaque o acréscimo no número de aposentados, que, em 1997, chegaram a um total de 146,4 mil, registrando um crescimento de 6,4% a.a. entre 1992 e 1997.

Em face da queda persistente do emprego agrícola ao longo do período analisado, considera-se que os dados acerca do crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural do Rio Grande do Sul são indicativos de que este é um fenômeno economicamente relevante e que já possui significativa expressão social, sobretudo no que se refere às ligações com as economias locais e regionais. E é por essa razão que o prosseguimento das investigações com base em trabalhos de campo, focalizando espaços de menor recorte geográfico do que a agregação por unidades da Federação extraídas das PNADs, se faz necessário em futuros trabalhos.

Bibliografia

- DELGADO, Guilherme Costa (1995). Agricultura familiar e política agrícola no Brasil: situação atual e perspectivas. In: REYDON, Pedro R. B., org. **Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas**. Campinas : UNICAMP. p.199-235.
- FULLER, M. (1990). From part time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, Great Britain, v.6, n.4, p.361-373.
- GRANDO, M. Z. (1996). **Agropecuária do Rio Grande do Sul – 1980-1995: a caminho da eficiência**. Porto Alegre : FEE.
- INDICATEURS territoriaux de l'emploi: le point sur le développement rural (1996). Paris : OCDE.
- KLEIN, E. (1992). **El empleo rural no agrícola en America Latina**. Santiago : PREALC/OIT. (Documento, 364).
- LOPES, M. R. (1997). Os produtores conseguirão pagar as dívidas securitizadas? **Agroanalysis**, v.17, n.4, p.10-12, abr.
- MAZOYER, Marcel, ROUDART, Laurence (1997). **Histoire des agricultures du monde**. Paris : Seuil.
- NAVARRO, Z. (1996). Family-based farmers and Mercosur: the "other" integration process. **Grassroots Development**, v.20, n.2, p.34-43.
- NAVARRO, Z. (1998). O desenvolvimento agrário brasileiro em uma era de transformações. In: VIZENTINI, P.F., CARRION, R. **Século XXI: barbárie ou solidariedade; alternativas ao neoliberalismo**. Porto Alegre. p.235-246.
- OLIVEIRA, N. et.al. (1990). O processo de urbanização do Rio Grande do Sul: características recentes. In:ALMEIDA, Pedro F. da C. **A economia gaúcha e os anos 80**. Porto Alegre. v.1, p.131-164.
- SCHNEIDER, S. (1994). **Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e a transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. Campinas : UNICAMP/IFCH. (Dissertação de mestrado).
- SCHNEIDER, S. (1995). As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo-parcial. **Ensaio FEE**, v.16, n.1, p.105-119.

- SCHNEIDER, S. (1999). **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre : Editora da Universidade.
- SCHNEIDER, S., NAVARRO, Z. (1998). Agricultura e novas formas de ocupação no meio rural (um estudo das tendências recentes). In.: O AGRONEGÓCIO brasileiro: desafios e perspectivas. Brasília : SOBER. p.617-635.
- SILVA, José Graziano da (1996). **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas : UNICAMP.
- SILVA, José Graziano da (1997). O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, v.7, n.1, p.43-81.
- SILVA, José Graziano da, BALSADI, Otavio Valentim, DEL GROSSI, Mauro Eduardo (1997). O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**, v.11, n.2, p.50-64.
- WELLER, J. (1997). El empleo rural no agropecuario en el istmo centroamericano. **Revista de la Cepal**, v.62, p.75-90, ago.